



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

Excelentíssima Senhora
Presidente da Assembleia da
República

Senhora Presidente:

Of. n.º 9/3.ª CDN/2011

27-07-2011

Junto tenho a honra de enviar, para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, a Informação sobre a discussão havida nesta Comissão sobre os Projectos de Resolução n.os Projectos de Resolução n.os 5/XII/1.ª (PCP) – *Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC)* e 7/XII/1.ª (BE) – *Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, incluindo as alterações aos mesmos apresentadas pelos respectivos proponentes.*

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

O Presidente da Comissão,

(José de Matos Correia)



Comissão de Defesa Nacional

Informação

Projectos de Resolução n.ºs 5/XII/1.ª (PCP) –

Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) e 7/XII/1.ª (BE) – Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

Discussão
ocorrida nos
termos do artigo
n.º 128.º, n.º1, do
RAR, em reuniões
da Comissão de
19 e 26/07/2011

1. Quatro Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP) tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução n.º 5/XII/1.^a – *Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC)*, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

Esta iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 22 de Junho de 2011, tendo sido admitida a 6 de Julho de 2011, data na qual baixou à Comissão de Defesa Nacional.

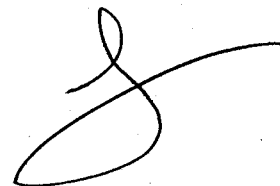
2. Oito Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE) tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução n.º 7/XII/1.^a – *Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo*, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

Esta iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 30 de Junho de 2011, tendo sido admitida a 6 de Julho de 2011, data na qual baixou à Comissão de Defesa Nacional.

3. Os dois projectos de resolução (PJR) foram objecto de discussão conjunta nas reuniões da Comissão de Defesa Nacional de 19 e 26 de Julho de 2011, que decorreu nos seguintes termos:

3.1. Reunião de 19 de Julho de 2011:

Nesta reunião usaram da palavra, em nome dos respectivos grupos parlamentares, os Senhores Deputados Honório Novo (PCP), Mariana Aiveca (BE), Abel Baptista (CDS-PP), Helder Sousa Silva e Carlos Abreu Amorim (PSD) e Jorge Fão (PS).



Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) apresentou o respectivo projecto de resolução, fazendo uma síntese do mesmo e das razões que o motivaram e chamando a atenção para a importância económica, social e estratégica dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) para a região e para o País. Referiu também estar em causa a suspensão e revisão de um plano de viabilização que se traduziu apenas no anúncio do despedimento de mais de metade dos trabalhadores da empresa e que se baseou em duas decisões questionáveis do ponto de vista ético e jurídico, porque tomadas por um governo em gestão e uma até já depois das eleições legislativas de 5 de Junho. Frisou também ser entendimento do PCP que os ENVC podem ser reestruturados, são viáveis e têm uma carteira de encomendas no valor de cerca de 500 milhões de euros (entre compromissos com o Estado português, Marinha, e contratualizações com entidades externas) que lhes garante produção até ao início de 2015. Concluiu assim ser necessário definir um verdadeiro plano de viabilização da empresa com a máxima urgência.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) apresentou o projecto de resolução da autoria do seu grupo parlamentar, começando por fazer uma síntese do mesmo e dos seus objectivos. Lembrou também a disponibilidade anunciada pelo actual Governo no sentido de reanalisar a situação, o que considerou ser da maior urgência. Fez ainda algumas considerações sobre a importância da empresa para o País e sobre anteriores processos de reestruturação que apenas serviram para reduzir o número de trabalhadores, como entendeu parecer acontecer com o actual plano. Frisou a importância de se reanalisar a situação, devendo os representantes dos trabalhadores ser envolvidos no processo.

O Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP) saudou os dois proponentes por abordarem uma causa que o CDS-PP defende há longos anos e que urge resolver. Disse também que o seu grupo parlamentar não conhecia o plano de reestruturação, para além do que se refere aos despedimentos. Considerou uma total deslealdade que o conselho de administração tenha posto em marcha o plano sem primeiro consultar o novo titular da pasta. Lembrou que o plano datava de Fevereiro e só foi objecto de despacho em Junho. Também não considerou correcto que a tutela – o Ministério da Defesa Nacional – não tenha tido conhecimento total do plano, ao contrário do que aconteceu com o Ministério das Finanças. Em todo o caso, chamou a atenção para o desfaseamento dos projectos de resolução face à realidade actual, uma vez que o



Comissão de Defesa Nacional

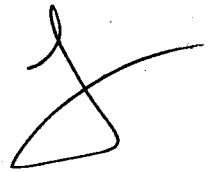
Governo anunciou entretanto a suspensão do plano até pelo menos à próxima Assembleia Geral dos ENVC, que terá lugar em Setembro, e a sua reanálise neste período.

Referiu ainda ter nesse mesmo dia havido uma reunião com o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a questão (na vertente da diplomacia económica e sobre o problema de concretização de um contrato que os ENVC têm com uma empresa estrangeira). Finalmente, considerou que os ENVC estão sobredimensionados, do ponto de vista dos recursos humanos, face às encomendas que têm todo nos últimos anos

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) começou por frisar que a matéria objecto dos projectos de resolução merece toda a atenção do seu partido. Concordou com o mau *timing* dos despachos que aprovaram o plano, com a importância dos ENVC para o País e o impacto pelo número de trabalhadores em causa. Frisou também que o Governo já tinha anunciado a suspensão do plano e a necessidade de reanalisar a situação, o que passará por ouvir todas as partes interessadas. Em face disso, concluiu que o seu grupo parlamentar considera não fazer sentido dar seguimento aos projectos de resolução.

O Senhor Deputado Carlos Alberto Amorim (PSD), complementando a intervenção anterior, frisou que já estão em curso a suspensão e a reanálise do plano reclamadas nos projectos de resolução, pelo que há inutilidade superveniente dos mesmos.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Fão (PS), que começou por sublinhar a importância histórica, económica e social dos ENVC para a região do Alto Minho e para o País, o que faz com que a situação deva ser objecto de análise cuidada e de debate político aprofundado, não devendo servir para a agenda política. Deu de seguida conta de diligências levadas a cabo pelo Governo nos últimos quatro/cinco anos no sentido de tentar resolver os problemas dos ENVC e das dificuldades encontradas, acabando por culminar na situação actual, com elevados passivos acumulados, problemas com a carteira de encomendas, etc. Considerou ser necessária uma reestruturação profunda da cultura, organização, custos de funcionamento, etc., dos ENVC, o que conduziu à preparação de um plano de reestruturação. Admitiu que a informação conhecida sobre o plano não é muito clara, designadamente quanto ao seu impacto na região, e que o plano poderá ser melhorado.



Comissão de Defesa Nacional

Referiu finalmente que é essencial viabilizar a empresa e que o seu grupo parlamentar não pode concordar com a manutenção da situação actual. Frisou que é necessário agir nesse sentido e que o plano deve ser conhecido ao pormenor e eventualmente melhorado.

Usou de novo da palavra o Senhor Deputado Honório Novo (PCP), que fez mais algumas considerações sobre a situação dos ENVC, designadamente referentes à carteira de encomendas e à decisão de implementar o plano, e que considerou que o projecto de resolução não é extemporâneo nem inútil. Recordou que o projecto de resolução foi apresentado na Assembleia da República a 22 de Junho e que a decisão do Governo de suspender o plano é posterior; por outro lado, a Assembleia e o Governo são órgãos distintos, nada impedindo que ambos tomem posição sobre o mesmo assunto. Mostrou-se, contudo, disponível para alterar o texto do projecto de resolução atendendo à suspensão do plano entretanto anunciada. Por outro lado, considerou haver aspectos do projecto de resolução que não estão contemplados no comunicado do Governo que anunciou a suspensão e partes que estão efectivamente a ser já implementadas. Concluiu dizendo que uma posição política do Parlamento viria agora na altura própria, reforçando a decisão do Governo.

Usou também de novo da palavra a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) que lembrou que o que está em discussão é uma recomendação política da Assembleia, que tem o poder de aconselhar que se reanalise a situação, e tal não fica posto em causa com a decisão de suspensão entretanto anunciada. Lembrou ainda a este propósito a situação da Lisnave e concluiu manifestando a disponibilidade do BE para ajustar o texto do seu projecto de resolução.

Após novas intervenções dos Senhores Deputados Abel Baptista (CDS-PP), Carlos Abreu Amorim (PSD), Jorge Fão (PS) e Honório Novo (PCP) e do Senhor Presidente, ficou consensualizado continuar a discussão na próxima reunião da Comissão para eventual produção de um texto de substituição dos projectos de resolução.

3.2. Reunião de 26 de Julho de 2011:



Comissão de Defesa Nacional

Nesta reunião usaram da palavra, em nome dos respectivos grupos parlamentares, os Senhores Deputados António Filipe (PCP), Mariana Aiveca (BE), Miranda Calha (PS), Helder Sousa Silva (PSD) e Abel Baptista (CDS-PP).

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou ter apresentado aos restantes grupos parlamentares uma proposta de substituição da primeira conclusão do projecto de resolução apresentado pelo seu grupo parlamentar, por estar desactualizada face aos desenvolvimentos posteriores à entrada do PJR na Assembleia da República, que no entanto não mereceu o acordo dos restantes grupos parlamentares. Solicitou ainda que fosse esta a versão a submeter a Plenário. A proposta encontra-se em anexo à presente Informação.

De seguida usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) que deu conta ter enviado pouco antes da reunião uma proposta de eliminação da primeira conclusão e de alteração de redacção da segunda conclusão do respectivo PJR, para colocar à consideração dos restantes grupos parlamentares e integrar o texto a submeter votação em Plenário. Esta proposta foi então distribuída e encontra-se em anexo à presente Informação.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS usou da palavra o Senhor Deputado Miranda Calha (PS) que confirmou não ter sido possível chegar a acordo quanto a um texto de substituição e que a discussão havida era já indicativa da votação que regimentalmente terá lugar em Plenário.

No mesmo sentido usou da palavra o Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD), que começou por considerar que o Governo agiu bem ao suspender, dois dias após tomar posse, a implementação do Plano de Viabilização e Reestruturação dos ENVC em toda a sua extensão, o que implicou a suspensão da dispensa dos 380 trabalhadores. Também frisou que o Governo agiu bem: quando anunciou que iria reanalisar todo o dossier, até à próxima Assembleia Geral da EMPORDEF marcada para 2 de Setembro; quando, através do Senhor Secretário de Estado da Defesa, assumiu estar a estudar todas as variáveis, demonstrando empenhamento em encontrar a melhor saída com vista à viabilização da empresa; quando recebeu a Comissão de Trabalhadores, quer a nível do Ministério da Defesa, quer a nível do

Comissão de Defesa Nacional

Ministério dos Negócios Estrangeiros; e ainda quando se mostrou disponível para ouvir todos os intervenientes julgados necessários ao processo de decisão.

Referiu ainda que a Comissão de Trabalhadores dos ENVC entregou no Ministério da Defesa um memorando com a sua visão sobre a reestruturação e a viabilização da empresa. Informou que aquela comissão foi recebida por alguns Grupos Parlamentares, entre eles o do PSD, onde o próprio esteve presente e ouviu de viva voz quão agradados estavam relativamente à forma como tinham sido recebidos pelo Governo, tendo-se mostrado disponíveis para colaborar, no futuro, com o Governo ou com quem deles necessite.

Disse também que, no âmbito da reanálise do dossier, o Governo está a receber outras entidades com responsabilidade directa ou indirecta no processo, destacando que nesse mesmo dia seriam recebidos os Senhores Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo e no dia seguinte o Senhor Presidente da Câmara de Viana do Castelo.

Frisou ser firme convicção do Grupo Parlamentar do PSD: que o Governo está a fazer, em tempo e na oportunidade o que lhe compete, na senda do que prometeu (suspender e reanalisar o Plano em causa); que os superiores interesses dos trabalhadores, da empresa, do município, da região e do País estão a ser acautelados e ponderados na proposta final e que a participação dos interessados está a ser garantida. Concluiu dizendo que, no entendimento do Grupo Parlamentar do PSD, quer o projecto de Resolução do PCP, quer o do Bloco de Esquerda, mesmo com os novos textos, não trazem nada de novo, sendo por isso inúteis e condicionadores da acção governativa, tendo em conta à actuação diligente, oportuna, frontal e transparente demonstrada pelo Governo nesta matéria, não se revendo assim no texto apresentado nestes PJR.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Abel Baptista (CDS-PP), que considerou que as reformulações dos projectos de resolução apresentadas não acrescentam muito relativamente às anteriores. Fez mais algumas considerações sobre o assunto em análise e concluiu que o seu grupo parlamentar não concorda com a aprovação dos PJR essencialmente por três razões: recomenda-se ao Governo que governe, o que ele já faz; recomenda-se ao Governo que cumpra a lei, o que já é uma decorrência de vivermos num Estado de direito; recomenda-se que se faça um estudo aprofundado de toda a região, e esse deve ser feito, mas não no âmbito deste processo.

Não tendo havido mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente deu por encerrada a discussão.

4. Realizada a discussão, remete-se a presente Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

5. Anexam-se as alterações aos textos dos projectos de resolução em apreciação apresentadas pelos respectivos proponentes para serem incluídas nos projectos a submeter a votação.

Assembleia da República, em 27 de Julho de 2011.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(José de Matos Correia)

Proposta de alteração ao Projecto de Resolução Nº7/XII/1ª (BE)

1. (Eliminar)

2. Reanalise toda a situação nos ENVC elaborando um plano de viabilização que permita a garantia não só dos postos de trabalho, como a defesa da capacidade própria deste Estaleiro Naval e da sua importância estratégica no Alto Minho e a nível Nacional.

A deputada.

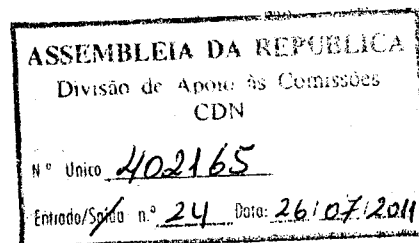
Mariana Aiveca

Mariana Aiveca

*Arquiteta
Distrito de ...*

[Signature]

26 VII - 2011





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

*Alameda da
Distrito de Viana do Castelo*

Texto de Substituição ao PROJECTO DE RESOLUÇÃO n.º 5/XII-1ª

Recomenda a suspensão imediata da aplicação do Plano de Viabilização e Reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) e 26. VII. 2011

[...]

Neste contexto e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, a Assembleia da República recomenda que:

1. Na sequência da decisão do Ministério da Defesa de suspender a decisão da EMPORDEF relativa à implementação do Plano de Viabilização e Reestruturação, o Governo adopte as medidas de acompanhamento adequadas para que o seu cumprimento seja efectivamente assegurado por todos os órgãos sociais dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
2. Face às consequências sociais do Plano suspenso pelo Ministério da Defesa, com o qual seriam despedidos mais de metade dos actuais trabalhadores dos ENVC, o Governo assegure que a sua reanálise se processe de forma urgente e articulada, com a participação dos trabalhadores da empresa, tendo em conta a defesa da capacidade própria de um estaleiro naval único em Portugal e a sua importância estratégica num contexto de defesa da capacidade produtiva industrial do País.
3. O Governo assegure que no Plano de Viabilização dos ENVC seja também valorizada e tida em conta a importância económica e social, mormente em Viana do Castelo e em todo o Alto Minho, desta empresa pública de construção naval.

Assembleia da República, 26 de Julho de 2011

Os Deputados,

António Filipe

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões CDN	
N.º Único	<i>402164</i>
Entrada/Sessão n.º	<i>23</i> Data: <i>26/07/2011</i>